

# A pertinência da documentação do Arquivo Secreto do Vaticano

para os estudos históricos relativos  
à Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas<sup>1</sup>

---

*Aqui está sobretudo um  
acervo de documentos  
sem o qual não é possível  
ir ao fundo da história  
das dioceses.*

*Os conflitos entre os  
bispos e os respectivos  
cabidos são uma chaga  
incurável na vida  
da Igreja de século  
para século, seja  
nos Açores, na Madeira  
ou em Angola.*

*É impressionante  
a quantidade de tempo  
e de papel mal gasto em  
torno de quezílias  
internas, verdadeiras  
Guerras de Alecrim  
e Manjerona.*

*Constituem, pelo menos,  
sintomas de que um corpo  
importante da gestão  
diocesana não esteve à  
altura dos novos desafios  
que se perfilavam  
no horizonte da política  
e da sociedade.*

**Arnaldo  
do Espírito Santo**

*Centro de Estudos Clássicos  
Faculdade de Letras de Lisboa*

---

Um vastíssimo conjunto de 6023 documentos, pertencentes ao espólio do Arquivo Secreto do Vaticano, eis o que se publica sob a forma de um resumo pormenorizado de cada um deles, com a identificação do Autor, da proveniência e da data em que foi escrito. Situaam-se cronologicamente entre as últimas década do século XVII e as primeiras do século XX; geograficamente cobrem o vastíssimo espaço das dioceses do ultramar português desde os Açores a Moçambique, passando pela Madeira, Brasil, Cabo Verde, Angola, Congo, São Tomé e Príncipe, como parte do Padroado Português Ocidental; obedecem a tipologia repetitiva, que não vai além de uma carta, um requerimento, um ofício, uma simples nota. Por eles perpassa, no entanto, o pulsar da vida quotidiana das cristandades, das pessoas, das políticas religiosas indissolúvelmente associadas às grandes mudanças sociais, às correntes de opinião e aos conflitos de interesses entre os estados europeus. Neles vive a história escrita no correr dos dias e na diversidade multifacetada da mesquinhez e da grandeza de que é feita a existência humana.

---

<sup>1</sup> Este estudo e a referida edição da documentação descrita e sumariada integra o 1.º Tomo referente à Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas) preparado no âmbito de um projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Estado Português, entre 2005 e 2010: POCI/HAR/60832/2004, projecto intitulado *Documentos sobre a História da Expansão Portuguesa existentes no Arquivo Secreto do Vaticano*.

Tomemos como caso notável a história regional e local das comunidades açorianas. Das centenas de pedidos de dispensa de impedimentos canónicos do matrimónio entre familiares, consanguíneos e afins, ressalta a verificação de que era restrito, no séc. XVII, o número de famílias do arquipélago, em grande parte descendentes daquelas que iniciaram o povoamento das ilhas. A prática religiosa é intensa. A enquadrar as comunidades urbanas e com uma grande inserção entre elas, exercem o seu fascínio os conventos e os institutos de várias famílias religiosas. Muitos e muitas acorrem a engrossar as suas fileiras. Seja por inadaptação ou por insatisfação, chovem os pedidos de mudança de lugar, uns alegando desejo de maior austeridade, outros denunciando dificuldades pontuais de convivência e conflitos pessoais. Uma abadesa solicita a exoneração do cargo; uma freira, já idosa, pretende licença para ter uma criada. A autoridade eclesiástica competente vai despachando conforme os casos, ora acedendo aos pedidos, ora recusando para não criar precedentes.

Há matéria abundante que roça o romanesco. Uma freira foge do convento para Inglaterra com um marinheiro inglês. Outra salta o muro, dizem que com conivência do confessor. Um escândalo que fez correr rios de tinta e de documentos. Presos um e outro em São Miguel e, após dura pena aplicada sobretudo ao confessor, chega-se à conclusão de que estava inocente. Tudo com nomes e pessoas concretas. O conflito interior entre o compromisso assumido para sempre e a alteração da vontade outrora expressa que entretanto mudou com o tempo, e, às vezes, com o amadurecimento da personalidade, dão origem a outro conflito, exterior, entre os sagrados direitos da liberdade individual e as normas que os limitam. Os tempos eram outros. Mas sopravam já ventos de mudança que agudizavam ainda mais os confrontos de posições. Para o bem e para o mal, também nestes documentos estão registadas ao vivo as transformações sociais que abrem caminho a modos de vida alicerçados no laicismo, em detrimento do império do religioso. Neste domínio, esta obra é um verdadeiro manancial de dados em bruto à espera de quem os trabalhe.

Nomes de personalidades e de bispos notáveis estão aqui presentes, como é o caso de D. Alexandre da Sagrada Família, bispo de Angra e tio de Almeida Garrett. A história genealógica das principais famílias açorianas encontrará aqui matéria para interessantíssimas investigações. Soares de Albergaria, Bettencourt, Canto, Corte Real, e tantos outros apelidos estão registados desde há mais de duzentos anos nestes documentos, os mesmos que são bem conhecidos em famílias da actualidade.

Mas aqui está sobretudo um acervo de documentos sem o qual não é possível ir ao fundo da história das dioceses. Os conflitos entre os bispos e os respectivos cabidos são uma chaga incurável na vida da Igreja de século para século, seja nos Açores, na Madeira ou em Angola. É impressionante a quantidade de tempo e de papel mal gasto em torno de quezílias internas, verdadeiras *Guerras de Alecrim e Manjerona*. Constituem, pelo menos, sintomas de que um corpo importante da gestão diocesana não esteve à altura dos novos desafios que se perfilavam no horizonte da política e da sociedade. Em Angola, por exemplo, no primeiro terço do séc. XIX, quando se impunha um esforço missionário sem precedentes, os problemas jurídicos no interior do cabido sucederam-se numa embrulhada processual sem solução.

O falecimento do bispo de Angra, D. José Pegado de Azevedo, durante uma visita pastoral à ilha de São Miguel, deu origem a uma série numerosa de documentos: nomeação de vigários capitulares, delegação no Deão da Sé das faculdades de dispensar em matéria reservada à Santa Sé. Entre relatórios e nomeações não falta

uma referência pitoresca a umas garrafas de vinho do Pico mandadas de presente ao Núncio Apostólico. O cabido do Funchal fará uma oferta semelhante enviando umas garrafas de Vinho Madeira a outro dignitário eclesiástico. Assim a vida religiosa das dioceses vai fluindo sob os olhos do leitor, como se de uma crónica se tratasse, ao ritmo da melancolia do tempo que passa sem atropelos de maior: morte do bispo, sé vacante, questiúnculas entre os cônegos, entronização de novo bispo, normalização da vida administrativa. Presença visível da autoridade do Grão-Mestre da Ordem de Cristo, com os seus privilégios e jurisdição própria. Presença invisível do poder régio que de vez em quando impõe a nomeação de um vigário capitular. Como nem sempre são observadas as normas do direito canónico, uma carta papal vem sanar as irregularidades cometidas e a nulidade de vários actos, entre os quais a dispensa indevida de impedimentos matrimoniais. Uma novidade é que se tornam cada vez mais frequentes os pedidos de dispensa de disparidade de culto para futuro matrimónio entre uma senhora açoriana e um cavalheiro inglês. O mesmo irá suceder na Madeira e em Angola.

Da Nunciatura de Lisboa são expedidas cartas para as Igrejas de Cabo Verde, de São Tomé, do Maranhão, a comunicar-lhes a nomeação de um novo prelado, após um processo, nem sempre claro nem pacífico, que se iniciava com a apresentação régia dos candidatos. Por inveja, por rivalidade política, ou por descargo de consciência, chovem as reclamações que põem em causa a idoneidade moral do candidato proposto. À medida que a imprensa laica e católica se implanta, o seu carácter, as suas faculdades intelectuais, saber, vida privada e comportamento, são enxovalhadas por uns ou beatificadas por outros.

Os tempos, de facto, mudavam a uma velocidade alarmante. Novos actores entram na cena política. Expande-se a Maçonaria, como provam vários documentos que se lhe referem. As igrejas reformadas entram em acção principalmente nas dioceses insulares, antes de se lançarem num grande esforço de missionação nas colónias africanas. O seu dinamismo é motivo de reflexão e de espanto para todos os que, bispos e missionários, religiosos e leigos, se debatem com dificuldades insuperáveis. Em vésperas da revolução liberal, estavam vacantes sete dioceses, entre as quais a do Funchal e a de Cabo Verde.

O mecanismo era lento e emperrava a cada passo. Estes documentos mostram uma nomeação régia de um bispo para Angola e, três anos depois, de outro para São Tomé e Príncipe e logo a seguir de outro para a Madeira. A comunicação é feita pelo secretário de estado de Pedro II. Passam-se os anos e ao longo deles repetem-se dezenas de nomeações régias de bispos, decididas nos corredores do paço, e comunicadas por outros secretários de estado, as quais acabam por revelar um pouco os secretos meandros da política. Não deixa de ser curioso notar como está presente nesta documentação todo o período que se seguiu ao terramoto de 1755. O protocolo de uma carta enviada ao Núncio pelo Marquês de Pombal reza assim: «1773, Janeiro, 23, Sítio de Nossa Senhora da Ajuda». Dezoito anos após a catástrofe que destruiu Lisboa, a administração do Reino e seus territórios ultramarinos continuava centralizada na tenda real, montada no Alto da Ajuda. São pormenores da história de Portugal ilustrados por este acervo documental.

Por cima desse pormenor aparentemente anedótico, pairam os motins que levaram à nomeação deste ou daquele prelado, cujo perfil humano e religioso foi determinante, pela positiva ou pela negativa, para o desempenho da missão da Igreja. Em

2 de Maio de 1778, ainda no «Sítio da Ajuda», e, em 5 de Setembro do mesmo ano, já no Palácio de Queluz, é o Visconde de Vila Nova de Cerveira que dá conhecimento ao Núncio da nomeação régia do bispo de São Tomé. Mas seja o Marquês de Pombal em nome de D. José, seja o Visconde de Cerveira no de D. Maria I, nada terá mudado nos critérios essenciais da distribuição dos bispados.

Sendo embora o quadro das nomeações idêntico de século para século, desde as primeiras décadas do século XIX o ambiente sereno da documentação do século anterior, com um ou outro caso de agitação das ordens religiosas e dos cabidos *intra muros*, dá lugar ao registo de outro tipo de acontecimentos bem mais truculentos, quando a agitação salta para a rua ou para a opinião pública, veiculada pelos jornais. Na Universidade de Coimbra avolumam-se as desordens dos estudantes. Na China acendem-se as perseguições aos religiosos. Está em plena actividade a congregação *De propaganda Fide*. A Cúria Romana decide assumir a direcção imediata da missão da Igreja em África.

Estas são linhas de força importantes. Entretanto, Portugal vai ter de enfrentar as invasões francesas. Com a partida da Corte para o Brasil toda a administração é feita a partir do Rio de Janeiro para onde se deslocou também o Núncio Apostólico de Lisboa. Grande quantidade de documentos expedidos do Brasil para Portugal, Ilhas, Cabo Verde e Angola, mostram como funcionava um país em plena guerra defensiva com o centro de decisão a milhares de quilómetros de distância, entre 1807 e 1821.

Chegam, pois, as invasões francesas. O Minho, o Porto e Castelo Branco são as regiões mais atingidas. Espalham-se notícias da prisão do Papa pelas tropas napoleónicas. Comentam-se as atrocidades de Bonaparte e a aliança com os Ingleses. Nos Açores explodem os vulcões e a terra treme. A carestia de vida atinge o povo à beira da fome e da miséria.

E de um salto, mas com muitas centenas de documentos pelo meio, estamos em plena revolução liberal: D. Pedro e a sua legitimidade; D. Miguel e o juramento de fidelidade; o exército de D. Miguel no Funchal, com as freiras de Santa Clara em pânico a abandonar a clausura. Em meados do século, um certo jornal denuncia a nomeação, feita pelo Governo, do prior do Fundão para bispo de Angola. O autor do artigo diz que se trata de «ímpio de calibre 774, maroto, bandalho, bêbado, infame, sensual». Outro documento garante que tudo isso não passa de «calúnias políticas, por ter estado activo, nas últimas eleições». Não era, com certeza nem menos nem mais político do que os bispos palacianos nomeados pela corte. Mas a novidade tremenda deste século saído da Revolução Liberal, é que o poder do Governo não merece o mesmo respeito que o poder de Sua Majestade, por enquanto. E, sobretudo, tudo é passível de ser discutido na praça pública, mesmo os grandes problemas nacionais. Diga-o o bispo do Funchal, a quem *O Sudário Negro* apelidou de «iníquo, reaccionário, funcionário público audaz e criminosamente jesuíta». É claro que não faltou quem saísse à liça em defesa do bispo com um artigo publicado no *Jornal da Beira e Douro*.

A grande crise, aqui muito bem documentada, manifesta-se em pleno nas últimas décadas do séc. XIX, com três grandes temas em debate: as missões católicas, que futuro, com tão poucos meios; a ocupação efectiva dos territórios africanos cuja administração Portugal pretendia conservar; o padroado português. Estes temas vinham envoltos na questão da escravatura. O que os documentos demonstram é que foi desenvolvido um esforço hercúleo nestes domínios, tanto no terreno como na via diplomática.

Uma das medidas, sem dúvida notável, foi a fundação do Colégio das Missões em Cernache do Bonjardim, com muitas referências neste acervo documental. Simultaneamente são fundadas missões com a criação de colégios para educação das crianças africanas, como foi o caso de Moçâmedes. Funda-se a Sociedade Portuguesa, de que era presidente de honra o Príncipe D. Carlos e que elaborou um projecto de Estatutos para a abolição da escravatura. O trabalho desenvolvido pela Sociedade de Geografia foi notável e reconhecido. Todos esses factos estão aqui documentados abundantemente.

A principal questão era de facto política, dada a pretensão das potências europeias em dividirem entre si uma parte dos territórios africanos, como veio a acontecer na Conferência de Berlim. O Nuncio Apostólico em Lisboa acompanhou com vivo interesse o desenrolar das negociações. Daí dependeria o futuro das missões e dos direitos do Padroado português. Os documentos aqui publicados são testemunho, antes de mais, de uma actividade diplomática intensa. Entretanto, o movimento republicano aproveita para fazer manifestações antimonárquicas no dia em que expirava o prazo do Ultimato britânico. No meio de tanta variedade de informações, salienta-se a intromissão da Alemanha e da França, interessadas no seu quinhão, o que levou à convocatória da Conferência de Berlim.

O conjunto documental que abrange esta fase é extremamente rico. Foi decisiva a intervenção do Papa nas negociações entre Portugal e a Inglaterra, por um lado, e Portugal e o Congo, por outro. Sucederam-se semana a semana, mês a mês, os relatórios enviados para Roma pelo Nuncio Apostólico em Lisboa. Muitos dos encontros diplomáticos documentados centram-se nas relações entre Portugal e o Reino Independente do Congo, em negociações mediadas pela Santa Sé e pela Bélgica. Em 1891, uma carta do Nuncio dá conta ao Secretário de Estado da Santa Sé de que houve uma tentativa de acordo entre o Plenipotenciário de Portugal, Major Dias de Carvalho, o seu homólogo do Congo, Eduardo de Grelle-Rogier e o Ministro de sua Majestade o Rei da Bélgica.

No contexto de todas estas negociações, o governo português apresenta à Santa Sé um projecto de Concordata. Os interesses são múltiplos e as soluções dos problemas dependem deles. Isso explica que a decisão da Santa Sé se tenha arrastado indefinidamente. Em 1902, o superior da Congregação do Espírito Santo lamenta que do Vaticano não tenha chegado a tão desejada aprovação do projecto de Concordata proposto há cinco anos. Muitos problemas candentes teriam sido resolvidos.

Dobrou-se o século. Em 1908, os Jesuítas fecham a sua casa dos Açores, com grande pena do bispo da diocese que elogia o trabalho desenvolvido na evangelização e no acompanhamento do Seminário Diocesano. O *Diário de Notícias* publica um artigo sobre as campanhas militares em Angola. Estala a Primeira Guerra Mundial. São-lhe feitas várias referências, duas das quais documentam a intervenção do Papa em favor de um médico alemão que se encontrava num navio ancorado no Funchal no princípio da Guerra. Em 1918, intervenção idêntica em favor de outro alemão detido no presídio de Angra de Heroísmo. No ano anterior, uma carta da Nunciatura Apostólica em Lisboa agradecia ao bispo de Angra a colecta dos fiéis da sua diocese, enviada ao povo da Lituânia em graves dificuldades.

Aqui tem o leitor e o investigador, ou o simples curioso, um pequeníssimo apanhado de um monumental tesouro arquivístico que contém matéria para muitos anos de trabalho e pesquisa.

